

ANEXO DE METAS FISCAIS

MANUAL DE ELABORAÇÃO

**Aplicado à União e aos Estados,
Distrito Federal e Municípios**

8ª edição atualizada (Portaria STN nº xxx, de xxx)

Encaminhamento: Assunto já discutido nas reuniões de subgrupo de Renúncia de Receita, nos dias 26/7/2007, 29/8/2007, 12/3/2008 e 14/4/2008, e no V Fórum IRB-Promoex, de 14 a 16/5/2008. **O assunto deverá ser retomado na próxima reunião do GT Relatórios, prevista para ocorrer no período de 4 a 6 de junho de 2008.**

DEMONSTRATIVO DA RENÚNCIA DE RECEITA	
PG. (deste arquivo)	NOVAS ALTERAÇÕES OU EXPLICITAÇÕES (A SEREM DISCUTIDAS)
2 a 8	Definição de renúncia de receita.
3	O que não é renúncia de receita.
4	Definição das espécies de renúncia de receita com base no CTN.
6 a 8	Definição de benefício ou subsídio tributário, financeiro e creditício pela Portaria 379/2006.
7	Definição de gasto tributário.
8	Lei específica e Resolução 43 e 48 do Senado Federal
9/10	Regra geral: arrecadar
10 a 12 e 16 e 22	Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (no PLDO e PLOA) e Demonstrativo do Efeito Regionalizado da Renúncia

	PLOA)
12 a 14 e 26	Demonstrativo de Avaliação do Ato de Criação de Benefício Tributário, Financeiro ou Creditício (no ato de concessão de benefícios).
13	Compensação (do ato) só na receita.
13/14	Crescimento econômico não é compensação.
14	Anterioridade nonagesimal (noventena).

LEGENDA:

XXXXXX Incluído ou reescrito

XXXXXX Dúvidas

~~XXXXXX~~ Excluído

DEMONSTRATIVO VII – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

O Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita visa dar transparência à renúncia de receita, em atendimento ao art. 165, §6º da Constituição e aos arts. 4º, § 2º, ~~inciso~~ V, e 5º, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Deverá integrar o Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e, de forma atualizada, acompanhar o Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA, ~~e será acompanhado de análise dos critérios estabelecidos para as renúncias de receitas e suas respectivas compensações, a fim de dar maior consistência aos valores apresentados.~~

A renúncia de receita compreende ~~incentivos fiscais~~, a concessão, prorrogação ou ampliação de: anistia, remissão, subsídio de natureza tributária, financeira, ou creditícia, crédito presumido, ~~concessão de~~ isenção em caráter não geral, redução discriminada de ~~alteração de~~ alíquotas ou ~~modificação~~ de bases de cálculo relativas a impostos, taxas ~~que implique redução discriminada de tributos~~ ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado¹.

As expressões “caráter não geral”, “redução discriminada” e “tratamento diferenciado” referem-se a dispositivo legal que, excepcionando a legislação instituidora de um tributo, tenha objetivo específico e alcance grupo específico de contribuintes, de setor ou de região e devem ser interpretadas restritivamente nos casos de concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo, e outros benefícios. Desta forma, a anistia, a remissão, o subsídio, o crédito presumido, tanto em caráter geral como específico, são considerados renúncia de receita.

Contrariamente, não se consideram renúncia de receita as desonerações tributárias estabelecidas pela Constituição ou pela própria legislação instituidora de tributo ou contribuição social, da qual fazem parte as regras comumente aplicáveis aos seus fatos geradores, incluindo, dentre outras, as deduções-padrão, as deduções necessárias para auferir renda, os limites de isenção e a estrutura de alíquotas. Também não se considera renúncia de receita as desonerações tributárias cujo usuário final de bens ou serviços seja a União ou o conjunto dos Estados e Municípios (imunidades constitucionais), ou as que atendam a reciprocidade de tratamento entre o Brasil e outros

países. No caso da União, as disposições da LRF também não se aplicam à alteração de alíquota do Imposto sobre Importação-II, do Imposto sobre Exportação-IE, do Imposto sobre Produtos Industrializados-IPI e do Imposto sobre Operações Financeiras-IOF, cuja finalidade não é só gerar receita e, mas também, fazer regulação econômica².

A *anistia*³ é o benefício que visa excluir o crédito tributário na parte relativa à multa aplicada pelo sujeito ativo ao sujeito passivo, por infrações cometidas por este anteriormente à vigência da lei que a concedeu. A anistia não abrange o crédito tributário já em cobrança, em débito para com a Fazenda, cuja incidência também já havia ocorrido.

A *remissão*⁴ é o perdão da dívida, que se dá em determinadas circunstâncias previstas na lei, tais como valor diminuto da dívida, situação difícil que torna impossível ao sujeito passivo solver o débito, inconveniência do processamento da cobrança dado o alto custo não compensável com a quantia em cobrança, probabilidade de não receber, erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, equidade, etc. Não implica em perdoar a conduta ilícita, concretizada na infração penal, nem em perdoar a sanção aplicada ao contribuinte. Contudo, não se considera renúncia de receita o cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança⁵.

O *crédito presumido* é aquele que representa o montante do imposto cobrado na operação anterior e objetiva neutralizar o efeito de recuperação dos impostos não-cumulativos, pelo qual

² LRF, art. 14, §3º, I.

³ Góes, Tullio de N. *Imposto de Renda*, 100 e 102.

o Estado se apropria do valor da isenção nas etapas subsequentes da circulação da mercadoria. É o caso dos créditos referentes a mercadorias e serviços que venham a ser objeto de operações e prestações destinadas ao exterior⁶. Todavia, não são considerados renúncia de receita os créditos presumidos do ICMS previstos na legislação instituidora do tributo.

A *isenção*⁷ é a espécie mais usual de renúncia e define-se como a dispensa legal, pelo Estado, do débito tributário devido.

A *redução da base de cálculo* é o incentivo fiscal através do qual a lei modifica para menos sua base tributável por meio da exclusão de qualquer de seus elementos constitutivos. Pode ocorrer isoladamente ou associada a uma *redução de alíquota*, expressa na aplicação de um percentual de redução.

O conceito de renúncia de receita da LRF é exemplificativo, abarcando também, além dos instrumentos mencionados expressamente, quaisquer “outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado”, incluídos, aí, por exemplo, a suspensão e a restituição de tributos e quaisquer deduções ou abatimentos e adiamentos de obrigações de natureza tributária, bem como os benefícios ou subsídios financeiros e creditícios.

Espécies do gênero *suspensão*⁸, a moratória e o parcelamento ocorrem quando a lei estabelece que a incidência do imposto depende da concretização de evento futuro e incerto; ou seja

⁶ L. 9.739/96, art. 20, III.

ocorre a transferência da obrigação tributária para um momento posterior àquele em que a obrigação normalmente surgiria, sem alteração da sujeição passiva. Assim, por não estarem disponíveis, sujeitos a evento futuro e incerto, e serem possíveis de prorrogação são considerados renúncia de receita.

Contudo, os regimes aduaneiros especiais previstos na legislação instituidora do tributo, como o *drawback*, não são considerados renúncia de receita.

Na *restituição de tributo*, o contribuinte paga o valor do imposto devido que lhe será, posteriormente, restituído pela entidade tributante, o que implica supressão ou redução da exação. Nesse sentido, a restituição de tributo é, a rigor, um *benefício financeiro*, que opera na despesa e sujeito à prévia inclusão no orçamento.

O conceito de renúncia de receita, também expresso no §6º do art. 165 da Constituição, é abrangente, compreendendo subsídios e benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia:

“Art. 165. (...).

(...)

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.”

Benefício tributário é a desoneração de imposto, taxa ou contribuição, em razão de uma disposição legal, que exclui o

excepcionando a legislação instituidora de um tributo, tenha objetivo específico e alcance grupo específico de contribuintes, de setor ou de região. Assim, insere-se no conceito de benefício tributário a desoneração de operação normalmente sujeita à incidência de tributo ou contribuição social e que resulte em decréscimo, mesmo que potencial, de arrecadação tributária. Integram o rol de benefícios tributários as isenções, anistias e remissões que podem ser destinadas ~~A renúncia pode ser destinada~~ ao setor comercial ou industrial, a programa de governo ou, ainda, a um beneficiário individual (pessoa física ou jurídica). Exemplos: Concessão de crédito presumido ao setor hoteleiro, Isenção de Imposto de Renda para pessoas com mais de 65 anos, Dedução do imposto de renda por número de dependentes, etc.

Espécie do gênero benefícios tributários, os *gastos tributários* não são despesas executadas por meio do orçamento público (gastos diretos), porém possuem objetivos econômicos e sociais similares aos destas, ou seja, possuem uma lógica orçamentária associada e são passíveis de serem substituídos por gastos diretos. Exemplo: Isenção de impostos sobre medicamentos para facilitar o acesso da população de baixa renda.

Benefícios ou subsídios financeiros são os desembolsos efetivos realizados por meio das equalizações de juros e preços, bem como a assunção das dívidas decorrentes de saldos de obrigações de responsabilidade do ente da Federação, cujos valores constam do orçamento.⁹

Benefícios ou subsídios creditícios são os gastos decorrentes de programas oficiais de crédito, operacionalizados por meio de fundos ou programas, à taxa de juros inferior ao custo de captação do Tesouro do ente da Federação.¹⁰ Incluem-se nesse conceito a dispensa de taxas de serviços, comissões e de outros ônus normalmente cobrados em operações de empréstimo, financiamento e refinanciamento, inclusive prorrogações e composições de dívidas, bem como a dispensa total ou parcial de taxa de juros incidentes sobre as referidas operações e assemelhadas, concedidos por órgãos do ente da Federação, inclusive seus fundos. Na concessão de crédito por ente da Federação a pessoa física, ou jurídica que não esteja sob seu controle direto ou indireto, os encargos financeiros, comissões e despesas congêneres inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação são benefícios ou subsídios creditícios¹¹.

Em ambos os casos, os subsídios devem: a) ser autorizados por lei específica; b) atender às condições estabelecidas na LDO; c) estar previstos no orçamento ou em seus créditos adicionais, por meio de consignação do subsídio, destacadamente do valor principal da operação em relação ao qual há expectativa de retorno¹².

A renúncia de receita relativa a impostos, taxas ou contribuições só poderá ser concedida mediante **lei específica**, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente a matéria ou o correspondente tributo ou contribuição, ou mediante convênio, no caso do ICMS¹³. É vedado conceder quaisquer subsídios ou isenção, redução da base de cálculo,

¹⁰ Portaria do Ministério da Fazenda nº. 379, de 13 de novembro de 2006, art. 2, inc. II.

¹¹ LRF, art. 26.

concessão de crédito presumido, incentivos, anistias, remissão, redução de alíquotas e quaisquer outros benefícios tributários, fiscais ou financeiros, não autorizados na forma de lei específica que regule exclusivamente tais matérias ou o correspondente tributo ou contribuição.¹⁴ O descumprimento dessa condição sujeita o ente da Federação à sanção institucional de suspensão de operações de crédito.

Cabe à lei complementar regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.¹⁵ A esse respeito, a Constituição Federal estabelece, no §6º do art. 150:

“Art. 150. (...)

(...)

§6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, §2º, XII, g. ”

A renúncia de receita constitui, assim, exceção à regra geral¹⁶ pela qual constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal “a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação”. Cada ente deverá explorar adequadamente sua

¹⁴ Declaração de Susana F. de Lencastre, 24/02/2004, p. 50; in: X. Declaração de Susana F. de Lencastre, 24/02/2007, p. 50; in: III

base tributária e, conseqüentemente, ter capacidade de estimar qual será a sua receita, o que auxiliará o cumprimento das metas fiscais e a alocação das receitas para as diferentes despesas de sua competência.

Desse modo, está em desconformidade com o preceito quem não institui o tributo de sua competência; quem institui, mas não prevê a arrecadação; quem institui, prevê, mas deixa de proceder à efetiva arrecadação, seja pela renúncia de receita não adequadamente prevista, seja pela evasão e sonegação fiscal que tolera. Assim, o Relatório Resumido de Execução Orçamentária deverá ser acompanhado de justificativas da frustração de receitas, especificando as medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal, adotadas e a adotar, e as ações de fiscalização e cobrança.¹⁷

A LRF exige transparência na renúncia de receita tanto por meio da LDO e do PLOA, como por meio do ato de concessão de benefícios que implique renúncia de receita.

Para fins de cumprimento dos arts. 4º, § 2º, inciso V, 5º, II, e 14, I, da LRF, o Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita deverá apresentar a estimativa da renúncia de receita para o período dos três exercícios correspondentes às metas fiscais. Desse modo, será comprovado que a renúncia foi considerada na elaboração da LDO e não afetará as metas fiscais, como estabelece o art. 14, I, da LRF. Conseqüentemente, as medidas de renúncia de receita que estiverem previstas nesse Demonstrativo **não** precisarão ser compensadas posteriormente, pois a

compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário.

“Art. 4º(...).

(...)

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

§ 2º O Anexo conterá, ainda:

(...)

V - demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.”

“Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

(...)

II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;”

~~O Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita deverá ser atualizado e acompanhar o PLOA, juntamente com o O Demonstrativo do Efeito Regionalizado da Renúncia de Receita sobre as Receitas e as Despesas deverá~~

regionalizada, o efeito da renúncia de receita sobre as receitas e as despesas, conforme prevê o §6º do art. 165 da Constituição.

A forma de elaboração e preenchimento do Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, que integra o Anexo de Metas Fiscais da LDO ~~e acompanha, de forma atualizada, o PLOA,~~ bem como do Demonstrativo do Efeito Regionalizado da Renúncia de Receita sobre as Receitas e as Despesas, que ~~também~~ acompanha o PLOA, ~~referido Demonstrativo é descrita~~ são descritas, respectivamente, nas tabelas 9 e 10 ~~a seguir.~~ **Os Demonstrativos compreendem todas as leis em vigor que já concederam renúncias e, destacadamente, na Renúncia a Compensar, os atos de concessão de benefícios que se pretende realizar no período de referência.**

Caso o ato de concessão de benefícios que implique renúncia de receita ocorra posteriormente à aprovação da LDO e da LOA, ou caso não seja possível comprovar que a renúncia de receita foi considerada na elaboração dessas peças, esse ato de concessão deverá estar acompanhado de medidas de compensação, como determina o art. 14, II, da LRF:

“Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deve estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na LDO e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas fiscais previstas no anexo próprio da LDO;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.”

Quando da elaboração do Demonstrativo de Avaliação do Ato de Criação de Benefício Tributário, Financeiro ou Creditício ~~da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita~~, que acompanha o ato de concessão de benefícios, o ente deverá indicar se a renúncia já foi ou não considerada na LDO e no PLOA. ~~quais condições irá utilizar para cada Renúncia de Receita, a fim de atender ao disposto no caput do art. 14 da LRF.~~

Cumprе ressaltar que, a fim de atender aos princípios emanados pela LRF, é necessário que a compensação seja realizada, exclusivamente, no âmbito da receita, isto é, por meio de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, e que o valor da compensação, prevista no Demonstrativo, seja suficiente para cobrir o valor da renúncia fiscal respectiva.

O excesso de arrecadação, motivado pela ampliação da base econômica ou pelo recebimento de débitos em atraso, não faz parte do rol de fontes de compensação para a renúncia de

receita exaustivamente citadas na LRF¹⁸. Excesso de arrecadação é o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício¹⁹. Esse excesso é influenciado por políticas de combate à sonegação e à evasão fiscal, pelo crescimento econômico e pelo recebimento de débitos em atraso, dentre outros fatores que nem sempre podem ser previstos e que não geram certeza de continuidade. A LRF estabelece que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e se corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.²⁰ Logo, pelo princípio contábil da prudência, deve-se evitar a utilização de fontes de compensação que, além de não estarem autorizadas pela LRF, poderiam prejudicar o processo de planejamento das contas públicas.

Na hipótese de a renúncia de receita ser compensada por aumento de receita de impostos, terá de ser necessariamente prevista, pelo menos, no exercício anterior àquele em que se pretenda colocar em prática as medidas compensatórias, porquanto, consistindo as mesmas em criação de novos tributos ou majoração dos já existentes, deverão atender aos princípios da anterioridade e da noventena, conforme disposto no art. 150, III, “b” e “c”, da CF.

Para permitir essa comparação, o ato de concessão de benefícios deverá, em quaisquer casos, ser acompanhado da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes. Caso as

¹⁸ LRF – art. 14, V.

medidas de compensação não integrem o próprio ato de concessão de benefícios, este só poderá entrar em vigor quando implementadas tais medidas.

A forma de elaboração e preenchimento do Demonstrativo de Avaliação do Ato de Criação de Benefício Tributário, Financeiro ou Creditício, que acompanha o ato de concessão de benefícios, é descrita na tabela 11.

1.1.1 Instruções de Preenchimento

Tabela 9 - Demonstrativo VIII.1 – Estimativa e Compensação da Renúncia da Receita

<ENTE DA FEDERAÇÃO>
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS OU PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DA RECEITA
<ANO DE REFERÊNCIA>

AMF - Tabela 9A (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1.00

[illegible]

AMF - Tabela 9B (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

[illegible]

AMF - Tabela 9C (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

RENÚNCIA CREDITÍCIA				<Ano de Referência>			<Ano+1>			<Ano+2>		
				Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x100	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x100	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x100
BENEFÍCIO	MODALIDADE	SETOR	PROGRAMA									
<legislação>												
TOTAL (III)												
TOTAL DA RENÚNCIA (IV) = (I + II + III)												
RENÚNCIA A COMPENSAR												

AMF - Tabela 9D (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

[illegible]

RENÚNCIA TRIBUTÁRIA – Essa coluna identifica o tipo de renúncia de receita tributária estimada de acordo com o conceito de renúncia de receita.

RENÚNCIA FINANCEIRA - Essa coluna identifica o tipo de renúncia de receita financeira estimada de acordo com o conceito de renúncia de receita.

RENÚNCIA CREDITÍCIA – Essa coluna identifica o tipo de renúncia de receitas creditícia estimada de acordo com o conceito de renúncia de receita.

Destaca-se que não são considerados renúncia de receita: as desonerações tributárias estabelecidas pela Constituição ou pela própria legislação instituidora de tributo ou de contribuição social, da qual fazem parte as regras comumente aplicáveis aos seus fatos geradores como, por exemplo, os regimes aduaneiros especiais, *drawback*, e os créditos presumidos do ICMS previstos na legislação instituidora do tributo; as desonerações tributárias cujo usuário final de bens ou serviços seja a União ou o conjunto dos Estados e Municípios (imunidades constitucionais), ou as que atendam a reciprocidade de tratamento entre o Brasil e outros países; o cancelamento de débito inferior ao seu custo de cobrança; no caso da União, as referentes ao Imposto sobre Importação-II, Imposto sobre Exportação-IE, Imposto sobre Produtos Industrializados-IPI e Imposto sobre Operações Financeiras-IOF.

[S2] Com
do fórum P

TRIBUTOS – Essa coluna identifica as rubricas da receita tributária (impostos, taxas e contribuições) para as quais está

anos anteriores, mas que ainda estejam em vigor. Ex: ICMS, IPVA, IR, Taxa de Iluminação, etc.

BENEFÍCIO – Essa coluna identifica o tipo de benefício orçamentário (financeiro ou creditício) que está sendo concedido e aquele que fora concedido em anos anteriores, mas que ainda estejam em vigor. Ex: Empréstimo com recursos de ICMS, subsídio, etc.

MODALIDADE – Essa coluna identifica a modalidade da renúncia para cada espécie de tributo (Ex: anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, isenção, etc.) ou de benefício orçamentário (Ex: subsídio, empréstimo com recursos de ICMS, etc.), conforme o caso.

SETOR– Essa coluna identifica os setores, que serão favorecidos com a renúncia de receita. Ex: naval, hoteleiro, indústria têxtil, etc.

PROGRAMA - Essa coluna identifica os programas que serão favorecidos pela renúncia de receita, sejam orçamentários (Ex: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-Função:Trabalho) ou não (Ex: Programa de Incentivo à Modernização da Indústria).

<Legislação> - Nessa linha, registrar o tipo, número e data da lei específica ~~a receita e a correspondente legislação instituída pela União, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios,~~ compreendendo os impostos, as taxas e contribuições ~~de melhoria,~~ nos termos da Constituição e das leis vigentes em matéria financeira. Quando compuser a coluna Estimativa

em vigor que já concederam renúncias (Ex: Lei nº 999, 9/9/9999) e, **destacadamente, os atos de concessão de benefícios que se pretende realizar no período de referência** (Ex: Projeto de Lei nº 999, 9/9/9999 ou Medida de alteração da Lei nº 999, 9/9/9999, em estudo). **Quando compuser a coluna Estimativa de Compensação, a legislação deverá compreender apenas os atos de concessão de benefícios que se pretende realizar no período de referência** (Ex: Projeto de Lei nº 999, 9/9/9999 ou Medida de alteração da Lei nº 999, 9/9/9999, em estudo).

<ANO DE REFERÊNCIA> – Nesse caso, a expressão deverá ser substituída pelo exercício orçamentário a que se refere a LDO, no formato aaaa. Ex: 2009.

<Ano+1> – Essa expressão deverá ser substituída pelo ano correspondente ao primeiro exercício orçamentário posterior ao ano de referência da LDO. Ex: 2010.

<Ano+2> – Essa expressão deverá ser substituída pelo ano correspondente ao segundo exercício orçamentário posterior ao ano de referência da LDO. Ex: 2011.

Valor Corrente – Essa coluna identifica o valor da renúncia de receita para o exercício orçamentário a que se referem, utilizando o cenário macroeconômico de forma que os valores apresentados sejam claramente fundamentados.

Valor Constante – Essa coluna identifica o valor constante que equivale ao valor corrente abstraído da variação do poder aquisitivo da moeda, ou seja, expurgando os índices de inflação.

trazendo os valores das metas anuais para valores praticados no ano anterior ao ano de referência da LDO.

% PIB – Essa coluna identifica o valor percentual das Metas Fiscais previstas para o exercício orçamentário a que se referem, em relação ao valor projetado do PIB nacional para a União, Estados e Distrito Federal. No caso dos Municípios, o percentual será apresentado em relação ao valor projetado do PIB dos respectivos Estados, até um milésimo por cento (0,001%).

Exemplo de Cálculo do Valor Constante:

Supondo que determinado Município tenha projetado a receita total para o ano de referência da LDO e para os dois seguintes, levando em consideração a taxa média de inflação projetada para o período, foram obtidos os respectivos valores correntes:

	R\$ milhares		
	2009	2010	2011
ESPECIFICAÇÃO	Valor Corrente	Valor Corrente	Valor Corrente
AUMENTO PERMANENTE DA RECEITA	125.500	137.200	157.830

Taxa Média de Inflação do Período:

VARIÁVEIS	2009	2010	2011
Inflação Média (% anual) projetada com base em	6,0	6,5	6,5

2009

Índice para Deflação:

$$\{1 + (\text{Taxa de Inflação de 2009} / 100)\}$$
$$\{1 + (6 / 100)\} = 1,06$$

Cálculo do Valor constante:

Valor corrente / Índice para Deflação

$$125.500 / 1,06 = 118.396$$

2010

Índice para Deflação:

$$\{1 + (\text{Taxa de Inflação de 2009} / 100)\} \times \{1 + (\text{Taxa de Inflação de 2010} / 100)\}$$
$$\{1 + (6,0 / 100)\} \times \{1 + (6,5 / 100)\} = 1,06 \times 1,065 = 1,1289$$

Cálculo do Valor Constante:

Valor Corrente / Índice para Deflação

$$137.200 / 1,1289 = 121.534$$

2011

Índice para Deflação:

$$\{1 + (\text{Taxa de Inflação de 2009} / 100)\} \times \{1 + (\text{Taxa de Inflação de 2010} / 100)\} \times \{1 + (\text{Taxa de Inflação de 2011} / 100)\}$$
$$\{1 + (6,0 / 100)\} \times \{1 + (6,5 / 100)\} \times \{1 + (6,5 / 100)\} = 1,06 \times 1,065 \times 1,065 = 1,2023$$

Cálculo do Valor Constante:

Valor Corrente / Índice para Deflação

$157.830 / 1,2023 = 131.273$

TOTAL (I), (II), (III) ou (V) – Essas linhas indicam os somatórios das respectivas colunas de valores, para o ano de referência da LDO e para os dois exercícios seguintes.

TOTAL DA RENÚNCIA (IV) = (I+II+III) – Nessa linha, identificar o valor resultante da soma das Estimativas de Renúncia para as modalidades Tributária, Financeira ou Creditícia.

RENÚNCIA A COMPENSAR – Nessa linha, registrar o valor resultante das estimativas de renúncia (Tributária, Financeira ou Creditícia) a serem compensadas na própria LDO, com aumento permanente de receita, por meio da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição. Caso essa compensação não seja suficiente para dar cobertura ao valor renunciado, a despesa deverá ser ajustada de modo a assegurar o equilíbrio na determinação das metas fiscais: **Despesa = (Receita – Renúncia) + Compensação.**

ESTIMATIVA DE COMPENSAÇÃO - Essa coluna identifica as rubricas estimadas para fins de compensação da renúncia de receita. De acordo com a LRF, a renúncia de receita pode ser compensada por aumento permanente de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Elevação de Alíquotas – Nesta linha, registrar as rubricas que representam incremento ou majoração do percentual a ser aplicado sobre um determinado valor líquido tributável (base de cálculo), dando como resultado o valor do imposto a ser pago.

Ampliação da Base de Cálculo – Nesta linha, registrar as rubricas representativas do incremento ou ampliação do valor que se deve tomar como ponto de partida imediato para o cálculo das alíquotas do imposto com o fim de individualizá-lo em cada caso.

Criação de Tributo ou Contribuição – Nesta linha, registrar as rubricas que representam inovação ao ordenamento jurídico tributário por meio da instituição de impostos, taxas ou contribuições.

RENÚNCIA DE RECEITA AJUSTADA (VI) = (V – IV) – Essa linha indica o valor da renúncia de receita ajustada às compensações de acordo com a fórmula $(VI) = (V - IV)$

Tabela 10 - Demonstrativo VIII.2 – Efeito Regionalizado da Renúncia de Receita sobre as Receitas e as Despesas

<ENTE DA FEDERAÇÃO>
 PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 EFEITO REGIONALIZADO DA RENÚNCIA DE RECEITA SOBRE AS RECEITAS E AS DESPESAS
 <ANO DE REFERÊNCIA>

Tabela 10

R\$1,00

RENÚNCIA TRIBUTÁRIA				<Região 1>	<Região 2>	<Região 3>	<Região ...>	Total
TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR	PROGRAMA					
<legislação>								
...								
TOTAL (I)								
RENÚNCIA FINANCEIRA				<Região 1>	<Região 2>	<Região 3>	<Região ...>	Total
BENEFÍCIO	MODALIDADE	SETOR	PROGRAMA					
<legislação>								
...								
TOTAL (II)								
RENÚNCIA CREDITÍCIA				<Região 1>	<Região 2>	<Região 3>	<Região ...>	Total
BENEFÍCIO	MODALIDADE	SETOR	PROGRAMA					
<legislação>								
...								
TOTAL (III)								
TOTAL DA RENÚNCIA (IV) = (I + II + III)								
RENÚNCIA A COMPENSAR								
ESTIMATIVA DE COMPENSAÇÃO				<Região 1>	<Região 2>	<Região 3>	<Região ...>	Total
AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA								
Elevação de Alíquotas								
<legislação>								
...								
Ampliação da Base de Cálculo								
<legislação>								
...								
Criação de Tributo ou Contribuição								
<legislação>								
...								
TOTAL (V)								
RENÚNCIA DE RECEITA AJUSTADA (VI) = (V - IV)								

No preenchimento deste Demonstrativo, utilizar as definições do Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, AMF – Tabela 9, além da seguinte:

<Região> – Essa coluna identifica as regiões que serão favorecidas com a renúncia de receita, de acordo com a divisão geográfica local. Ex.: No caso da União, as Regiões Norte, Sul, Centro – Oeste, Sudeste e Nordeste. No caso de Estados e Municípios, deverão ser observadas as especificidades locais na determinação das regiões. Em pequenos municípios, pode ser razoável não abrir o Demonstrativo por regiões, o que **não** dispensa a sua apresentação em valores totais.

Tabela 11 - Demonstrativo VIII.3 – Avaliação do Ato de Criação de Benefício Tributário, Financeiro e Creditício

<ENTE DA FEDERAÇÃO>
<PODER>
<ÓRGÃO>

AVALIAÇÃO DO ATO DE CRIAÇÃO DE BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO, FINANCEIRO E CREDITÍCIO

<ANO DE REFERÊNCIA>
<MÊS DE REFERÊNCIA>

LRF - Tabela 10 (LRF, art.14º)

R\$ 1,00

ESTIMATIVA	VALOR PREVISTO		
	<Ano-Referência>	<Ano de Referência + 1>	<Ano de Referência +2>
IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO DA RENÚNCIA (I)			
Tributária			
< Legislação >			
...			
Financeira			
< Legislação >			
...			
Creditícia			
< Legislação >			
...			
ORIGEM DOS RECURSOS PARA CUSTEIO (II)			
Aumento Permanente de Receita			
Elevação de Alíquotas			

...			
Ampliação da Base de Cálculo			
< Legislação >			
...			
Criação de Tributo ou Contribuição			
< Legislação >			
...			
AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO (III) = (I - II)			

FONTE:

No preenchimento deste Demonstrativo, utilizar as definições do Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, AMF – Tabela 9, além das seguintes:

ESTIMATIVA – Nesta coluna, são registrados os valores previstos para a estimativa do impacto orçamentário-financeiro da renúncia tributária, financeira e creditícia, assim como das origens dos recursos previstos para custeio.

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO DA RENÚNCIA (I) – Nessa linha, registrar o somatório das renúncias tributária, financeira e creditícia.

ORIGEM DOS RECURSOS PARA CUSTEIO - (II) – Nessa linha, registrar o somatório dos recursos que serão utilizados para compensar a renúncia de receita e que não foram contemplados na estimativa da LDO.

AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO - (III) = (I - II) – Nessa linha, registrar o confronto entre o impacto orçamentário-financeiro da renúncia e as origens dos recursos para custeio de forma que a permitir avaliar se as medidas apresentadas são suficientes para compensar o impacto orçamentário-financeiro da renúncia.

1.1.2 Exemplo de Elaboração